

LEI Nº 3842 DE 25 DE JANEIRO DE 2018.



Dispõe sobre a criação da Bolsa Preceptor de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade no âmbito da Secretaria de Saúde do Município de Sapucaia do Sul, e dá outras providências.

LUIS ROGÉRIO LINK, Prefeito Municipal de Sapucaia do Sul, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no artigo 82, inciso III, da **Lei Orgânica** do Município, sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica criada a Bolsa Preceptor, para atender às necessidades de funcionamento de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade, no âmbito da Secretaria de Saúde do Município de Sapucaia do Sul, com sua nomenclatura, quantitativo, referência e área de atuação, constantes do Anexo Único que integra esta Lei.

§ 1º As Bolsas serão concedidas para Programas de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade que sejam devidamente autorizados pelos órgãos competentes.

§ 2º A Bolsa Preceptor a que se refere o caput deste artigo será concedida durante o período de duração da Residência Médica, exclusivamente aos integrantes designados para atuar como preceptor e não se incorporará à remuneração ou proventos, não sendo computada para cálculo de vantagens pessoais, bem como para contribuições previdenciárias.

§ 3º Por se tratar de bolsa, não haverá incidência de pagamento de 13º (décimo terceiro) salário, férias ou demais verbas de natureza trabalhista.

§ 4º Os preceptores serão designados por ato do Secretário Municipal de Saúde - SMS -, no início de cada ciclo de Residência Médica, após a indicação pela Comissão de Residência Médica - COREME.

§ 5º Cada preceptor poderá exercer a função de Preceptor durante sua jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanal.

§ 6º O pagamento da Bolsa fica condicionado à avaliação da COREME.

§ 7º O recebimento da bolsa de preceptor de residência cessará automaticamente quando não houver aluno residente a ser preceptorado.

Art. 2º Define-se como preceptor o profissional qualificado em sua área de atuação, que exerce ao mesmo tempo a função assistencial e de ensino, por meio da supervisão, durante o treinamento em serviço, participação nas atividades teóricas e apoio à organização do Programa de Residência Médica.

Art. 3º O Preceptor terá como atribuições, além de orientar diretamente os médicos residentes do Programa de Residência Médica:

I - acompanhar o desenvolvimento de competência dos residentes médicos a ele vinculados;

II - realizar as avaliações de desempenho dos residentes médicos sob sua responsabilidade;

III - apurar a frequência dos residentes médicos sob sua responsabilidade;

Parágrafo único. Além das atribuições descritas neste artigo, a atividade de preceptor será exercida em conformidade com as normas da Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM, do Ministério da Educação e ainda, de acordo com regulamentação complementar específica da COREME.

Art. 4º São condições para o exercício da função de Preceptor:

I - ser profissional médico da área pretendida para atuação no Programa de Residência Médica de Medicina de Família e Comunidade;

II - apresentar Certificado de Conclusão de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade credenciada pelo MEC e/ou título de Especialista emitido por órgão legalmente reconhecido pela área em que pretende atuar;

III - apresentar Certidão Negativa atualizada, expedida pelo Conselho Regional de Medicina, comprovando a inexistência de processo disciplinar pendente e/ou imposição pena disciplinar de qualquer natureza;

Art. 5º O preceptor será periodicamente avaliado pela Comissão de Residência Médica - COREME, de acordo com critérios definidos pelas partes, para julgamento de sua permanência.

Art. 6º O valor da bolsa preceptor será mensal na quantia de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a ser paga até o dia 05 (cinco) de cada mês.

Parágrafo único. O valor definido no caput deste artigo será corrigido anualmente pelo índice de reajuste das bolsas determinado pela Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, que poderão ser suplementadas se necessárias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 25 de janeiro de 2018.

LUIS ROGÉRIO LINK
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se.

Anexo Único, a que se refere o Art. 1º desta Lei

Nomenclatura	Quantitativo	Referência	Valor mensal	Área de atuação	
Bolsa Preceptor	15	BP	R\$ 1.000,00	Programa de Residência Médica em Medicina de família e Comunidade	Bolsas